

Demonstrações Financeiras

Individuais

BBC Processadora S.A.

2023



Sumário

Relatório da Administração ...	2
Demonstrações Financeiras ...	3
Balanço Patrimonial ...	3
Demonstração do Resultado ...	4
Demonstração do Resultado Abrangente ...	5
Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido ...	6
Demonstração dos Fluxos de Caixa ...	7
Notas Explicativas da Administração ...	8
Relatório do Auditor Independente ...	18

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras da BBC Processadora S.A., relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2023, acompanhadas das Notas Explicativas e do Relatório dos Auditores Independentes.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Sociedade registrou Lucro Líquido de R\$ 7.524 mil, Patrimônio Líquido de R\$ 154.742 mil e Ativos Totais de R\$ 241.782 mil.

A Política de dividendos da Sociedade assegura o dividendo mínimo de 25% do lucro líquido aos acionistas, conforme previsto em seu estatuto social. Não houve a distribuição dos dividendos em 2023, em virtude da absorção de prejuízo acumulado.

Colocamo-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários.

Diretoria

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Balço Patrimonial em 31 de dezembro – Em Reais mil

ATIVO	Nota	2023	2022
Circulante		208.804	200.625
Caixa e Equivalentes de Caixa	5	157.441	153.618
Outros Créditos	6	51.363	47.007
Não Circulante		32.978	31.872
Outros Créditos		32.978	31.872
Tributos a Compensar ou a Recuperar	13d	32.141	31.110
Impostos e Contribuições Diferidos	13b	837	762
Total do ativo		241.782	232.497
PASSIVO	Nota	2023	2022
Circulante		11.905	11.640
Outras Obrigações		11.905	11.640
Impostos e Contribuições a Recolher		7.016	6.971
Outras Obrigações	8	4.888	4.669
Não Circulante		75.136	73.639
Outras Obrigações		75.136	73.639
Outras Obrigações Diferidas	15b	75.136	73.639
Total do passivo		87.041	85.279
Patrimônio Líquido		154.741	147.218
Capital Social	9a	185.800	185.800
Prejuízos Acumulados		(31.058)	(38.582)
Total do passivo e patrimônio líquido		241.782	232.497

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração do Resultado dos Exercícios em 31 de dezembro – Em Reais mil

	Nota	2023	2022
Resultado Operacional		4.162	2.314
Despesas Gerais e Administrativas	10	(710)	(1.180)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	12	4.872	3.494
Resultado Financeiro		5.854	14.492
Resultado Financeiro Líquido	11	5.854	14.492
Resultado Antes da Tributação sobre o Lucro		10.016	16.806
Imposto de Renda e Contribuição Social	13	(2.493)	(4.277)
Lucro Líquido do Exercício		7.523	12.529
Número de ações		56.153	56.153
Lucro Líquido por lote de mil ações em R\$		0,13	0,22

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração do Resultado Abrangente acumulado em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022
Lucro Líquido do Exercício	7.523	12.529
Ajuste de Avaliação Patrimonial	-	-
Total do Resultado Abrangente do Exercício	7.523	12.529

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Lucros		Lucros (Prejuízos) Acumulados	Totais
		Legal	Estatutária		
Saldos em 31 de dezembro de 2021	185.800	-	-	(51.111)	134.689
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	12.529	12.529
Saldos em 31 de dezembro de 2022	185.800	-	-	(38.582)	147.218
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	7.523	7.523
Saldos em 31 de dezembro de 2023	185.800	-	-	(31.059)	154.741

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Demonstrações Financeiras

BBC Processadora S.A.

Demonstração dos Fluxos de Caixa acumulados em 31 de dezembro – Em Reais mil

	2023	2022
Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:		
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	10.016	16.806
Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:		
Juros, Variações Monetárias Líquidas e Outras	(5.635)	(3.290)
Lucro Líquido Ajustado antes dos Impostos	4.381	13.516
(Aumento)/Redução em Outros Ativos	(249)	(3.125)
Aumento/(Redução) em Outras Obrigações	(60)	(1.184)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(249)	(737)
Caixa Líquido Proveniente/(Utilizado) nas Atividades Operacionais	3.823	8.470
Fluxo de caixa das Atividades de Financiamentos:		
Dividendos Recebidos	-	(952)
Caixa Líquido Proveniente/utilizado nas Atividades de Financiamentos	-	(952)
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.823	7.518
Início do Exercício	153.618	146.100
Fim do Exercício	157.441	153.618
Aumento Líquido de Caixa e Equivalentes de Caixa	3.823	7.518

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras – Em Milhares de Reais

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A BBC Processadora S.A., é uma Sociedade que tem por objeto social a prestação de serviços de administração e de processamento de cartões de crédito, bem como de apoio à Companhia administradora de cartões de crédito e, ainda, serviços correlatos e participação em outras sociedades como quotista ou acionista. A BBC Processadora S.A., é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos, e suas demonstrações financeiras devem ser analisadas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações financeiras foi concedida pela Diretoria em 21 de março de 2024.

2. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações contábeis da Sociedade foram elaboradas de forma consistente entre os exercícios, e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em 31 de dezembro de 2023. A Administração declara que as divulgações realizadas nas demonstrações contábeis evidenciam todas as informações relevantes utilizadas na sua gestão.

2.1. Base de preparação e apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a mensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

2.2. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua que é o Real (R\$). As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em milhares de reais.

2.3. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são utilizados para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. Assim sendo, incluem disponibilidades em moeda nacional, certificados de depósitos bancários (CDB) e/ou fundos de investimento, que apresentam risco insignificante de mudança de valor justo, uma vez que são prontamente conversíveis em dinheiro.

2.4. Ativos financeiros

O CPC 48 classifica seus ativos financeiros sob três categorias: (i) mensurado ao custo amortizado; (ii) mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA – Patrimônio Líquido); e (iii) mensurados ao valor justo por meio do resultado (VJR).

- **Mensurados ao Custo amortizado**

São ativos financeiros mantido dentro do modelo de negócios, cujo propósito seja o de receber os seus fluxos de caixa contratuais e os seus termos contratuais derem origem, exclusivamente, a pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

- **Mensurados a valor justo por meio do resultado (VJR)**

Os ativos financeiros mensurados a VJR são registrados e inicialmente avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações subsequentes do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado.

São ativos mantidos pela Sociedade com o propósito de negociá-los no curto prazo ou mantê-los como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada

de posições, ou eventualmente, aqueles ativos que não atendem ao teste SPPI (*Solely Payment of Principal and Interest*). Os instrumentos financeiros derivativos também são categorizados como VJR.

Teste SPPI: O objetivo deste teste é avaliar os termos contratuais dos instrumentos financeiros para determinar se dão origem a fluxos de caixa em datas específicas que se enquadram como somente pagamento de principal e juros sobre o montante principal.

Os ativos financeiros são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

- **Mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA)**

São reconhecidos inicialmente a valor justo, mais os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis a sua aquisição ou a sua emissão e são mensurados, subsequentemente, a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos em Outros Resultados Abrangentes, com exceção das perdas por redução ao valor recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão, até que o ativo financeiro deixe de ser reconhecido. As perdas de crédito esperadas são registradas na demonstração do resultado em contrapartida a Outros Resultados Abrangentes, não tendo impacto no valor contábil bruto do ativo.

2.5. Imobilizado de uso

Corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados a manutenção das atividades ou exercidos com esta finalidade inclusive os decorrentes de operações que transfiram os riscos, benefícios e controles dos bens da Sociedade.

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição, líquido das respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A depreciação é calculada usando o método linear para alocar seus custos, menos o valor residual, durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Móveis e equipamentos de uso - 10% ao ano;
- Instalações e benfeitorias em imóveis de terceiros - 20% ao ano ou de acordo com a vigência do contrato de locação; e
- Sistemas de processamento de dados – de 20% ao ano.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

2.6. Intangível

Corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da entidade ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados no decorrer do período estimado do benefício econômico. Composto por *softwares*, são registrados ao custo, deduzido da amortização pelo método linear durante a vida útil estimada (20% ao ano), a partir da data da sua disponibilidade para uso e ajustados por redução ao valor recuperável - *impairment*, quando aplicável.

2.7. Redução ao valor recuperável de ativos (impairment)

Os ativos financeiros e não financeiros são avaliados para verificar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido uma perda no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de processo de falência ou mesmo um declínio significativo ou prolongado do valor do ativo.

Os ativos, que têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente, na mesma data, para a verificação da existência de perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*).

Uma perda por redução ao valor recuperável (*impairment*) de um ativo financeiro ou não financeiro é reconhecida no resultado do período se o valor contábil do ativo ou unidade geradora de caixa exceder o seu valor recuperável.

2.8. Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões, das contingências ativas e passivas e também, das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios estabelecidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, sendo:

- Ativos Contingentes: não são reconhecidos contabilmente, exceto quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não caibam mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo, e pela confirmação da capacidade de sua recuperação por recebimento ou compensação com outro passivo exigível. Os ativos contingentes, cuja expectativa de êxito é provável, são divulgados nas notas explicativas;
- Provisões: são constituídas levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações, e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança;
- Passivos Contingentes: de acordo com o CPC 25, o termo “contingente” é utilizado para passivos que não são reconhecidos, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. Os passivos contingentes não satisfazem os critérios de reconhecimento, pois são considerados como perdas possíveis, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas, quando relevantes. As obrigações classificadas como remotas não são provisionadas e nem divulgadas; e
- Obrigações Legais - Provisão para Riscos Fiscais: decorrem de processos judiciais, cujo objeto de contestação é a sua legalidade ou constitucionalidade que, independentemente da avaliação acerca da probabilidade de sucesso, têm os seus montantes reconhecidos integralmente nas demonstrações contábeis.

2.9. Patrimônio líquido**a) Lucro por cotas**

A Sociedade apresenta dados de lucro por lote de mil ações. O lucro por lote de mil ações é calculado dividindo-se lucro líquido atribuível aos acionistas da Sociedade pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias adquiridas pela Sociedade e mantidas em tesouraria.

b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Sociedade é reconhecida como passivo nas demonstrações financeiras, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Sociedade.

2.10. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Sociedade.

A Sociedade reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Sociedade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Sociedade.

Receitas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas sobre CDB - Certificados de depósitos Bancários, atualização monetária e variações no valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.11. Imposto de renda e contribuição social (ativo e passivo)

Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, calculados sobre adições temporárias, são registrados na rubrica "Outros Créditos", e as provisões para as obrigações fiscais diferidas sobre ajustes a valor de mercado dos títulos e valores mobiliários, atualização de depósitos judiciais, dentre outros, são registrados na rubrica "Outras Obrigações Diferidas".

Os créditos tributários sobre as adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Os créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de realização, considerando os estudos técnicos e análises realizadas pela Administração.

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%. Já a contribuição social sobre o lucro, é constituída à alíquota de 9%.

Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

2.12. Outros ativos e passivos

Os ativos estão demonstrados pelos valores de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas (em base *pro rata dia*) e provisão para perda, quando julgada necessária. Os passivos demonstrados incluem os valores conhecidos e mensuráveis, acrescidos dos encargos e das variações monetárias incorridas (em base *pro rata dia*).

3. GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco, sendo que seu gerenciamento de risco é realizado por área técnica especializada da Organização, de maneira corporativa e centralizada, sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

4. USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Financeiras foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Impairment

Determinados ativos estão sujeitos à revisão de perda ao valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda ao valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda ao valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda ao valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

Provisões e passivos contingentes

As provisões são revisadas regularmente, e constituídas, sempre que a perda for avaliada como provável, levando-se em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Certificados de depósitos bancários (1)	157.441	153.618
Equivalente de Caixa	157.441	153.618

(1) Esta aplicação financeira foi avaliada pela Administração à luz do CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa e foi considerada como equivalente de caixa em função da sua essência que é o gerenciamento do caixa. Conforme consta na Nota 2.3, os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

6. OUTROS CRÉDITOS

Em 31 de dezembro

	2023	2022
Depósitos judiciais fiscais	51.310	46.908
Depósitos judiciais trabalhistas	53	99
Total	51.363	47.007

7. PROVISÕES, ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES E OBRIGAÇÕES LEGAIS – FISCAIS E PREVIDENCIÁRIAS

a) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente os ativos contingentes.

b) Provisões classificadas como perdas prováveis e obrigações legais – fiscais e previdenciárias

A Sociedade é parte em processos judiciais, de natureza trabalhista, cível e fiscal, decorrentes do curso normal de suas atividades. Na constituição das provisões, a Administração leva em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento dos tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

A Administração entende que a provisão constituída é suficiente para atender às perdas decorrentes dos respectivos processos.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o desfecho da ação, representado por decisões judiciais, sobre as quais não caiba mais recursos, ou a sua prescrição.

I - Processos trabalhistas

São ações ajuizadas por ex-empregados e terceiros, visando obter indenizações, em especial o pagamento de “horas extras” em razão de interpretação do artigo 224 da CLT. Considerando que a base de processos é formada, basicamente, por processos com características semelhantes e não julgados, a provisão é constituída considerando os seguintes fatores, entre outros: data da entrada dos processos (antes ou após a reforma trabalhista de novembro/2017), com base no valor médio apurado dos pagamentos efetuados nas reclamações trabalhistas encerradas nos últimos 12 meses antes e após a reforma trabalhista, correção monetária das medias apuradas.

É certo que as horas extras realizadas são controladas por meio do sistema de “ponto eletrônico” e pagas durante o curso normal do contrato de trabalho, de modo que as ações oriundas de ex-funcionários da BBC não tem valores individualmente relevantes.

II - Processos cíveis

São pleitos de indenização por dano moral e patrimonial. Essas ações são controladas individualmente por meio de sistema informatizado e provisionadas sempre que a perda for avaliada como provável, considerando a opinião de assessores jurídicos, natureza das ações, similaridade com processos anteriores, complexidade e posicionamento de tribunais. Não existem em curso processos administrativos significativos por descumprimento de normas ou de pagamento de multas que possam causar impactos representativos no resultado financeiro da Sociedade.

III - Movimentação das provisões

	Trabalhistas
Saldo em 31 de dezembro de 2022	146
Atualização monetária	18
Saldo em 31 de dezembro de 2023	164

Em geral, as provisões referentes às ações judiciais são consideradas de longo prazo, devido à imprevisibilidade do tempo de duração dos processos no sistema judiciário brasileiro, razão pela qual não foi divulgada a estimativa com relação ao ano específico em que essas ações judiciais serão encerradas.

c) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis

A Sociedade mantém um sistema de acompanhamento para todos os processos administrativos e judiciais em que a Sociedade figura como “autora” ou “ré” e, amparada na opinião dos assessores jurídicos, classifica as ações de acordo com a expectativa de insucesso. Periodicamente são realizadas análises sobre as tendências jurisprudenciais e efetivada, se necessária, a reclassificação dos riscos desses processos. Neste contexto, os processos contingentes avaliados como de risco de perda possível não são reconhecidos contabilmente e totalizaram, em 31 de dezembro de 2023 R\$ 218.416 (2022 – R\$ 185.328).

O principal processo fiscal com essa classificação é:

- IRPJ e CSLL - Anos bases de 2010 a 2012 / 2013 a 2015 - R\$ 158.665 (2022 - R\$ 143.028) lançados sobre glosa de amortização de ágio na aquisição de investimentos.

8. OUTRAS OBRIGAÇÕES

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Provisões de honorários	2.298	2.096
Provisão de reestruturação	2.099	2.099
Provisões diversas	492	474
Total	4.889	4.669

9. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Composição do Capital Social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 185.800 (2022 – R\$ 185.800), é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	Em 31 de dezembro	
	2023	2022
Ordinárias	56.152.575	56.152.575
Total	56.152.575	56.152.575

b) Reservas de lucros

Em 2023 e 2022, em virtude da absorção de prejuízo acumulado não houve constituição de Reservas Estatutárias e Legal.

c) Juros sobre o Capital Próprio/Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias, aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Não houve a distribuição dos dividendos em 2023 e 2022, em virtude da absorção de prejuízo acumulado.

Em 2022 foram pagos a títulos de dividendos o valor de R\$ 952, refere-se ao mínimo obrigatório relativo ao exercício de 2020.

10. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Serviços de terceiros	(500)	(427)
Pessoal	(59)	(579)
Outras	(151)	(174)
Total	(710)	(1.180)

11. RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Resultado de aplicações financeiras	5.855	12.073
Despesas financeiras	(1)	(2)
Variação monetária ativa	-	2.421
Total	5.854	14.492

12. OUTRAS RECEITAS / (DESPESAS) OPERACIONAIS

	Exercícios findos em 31 de dezembro	
	2023	2022
Atualização monetária	5.635	4.101
Despesas tributárias	(706)	(607)
Outros	(57)	-
Total	4.872	3.494

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Apuração do imposto de renda e contribuição social

Exercícios findos em 31 de dezembro

	2023	2022
Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social)	10.016	16.806
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente	(3.405)	(5.714)
Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:		
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	420	270
Outros valores (1)	493	1.167
Imposto de renda e contribuição social do exercício	(2.492)	(4.277)

(1) Trata-se do efeito do crédito tributário não constituído, conforme nota 13.b.

b) Impostos diferidos – Constituídos

O imposto de renda e a contribuição social diferido são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre as bases fiscais dos ativos e passivos e os seus respectivos valores contábeis. Abaixo apresentamos a origem e os saldos dos créditos tributários e das obrigações fiscais diferidas:

Em 31 de dezembro

Crédito tributário	2023	2022
Diferenças temporárias	2.462	2.242
Base de cálculo do imposto diferido	2.462	2.242
IRPJ diferido - alíquota de 25%	615	560
CSLL diferido - alíquota de 9%	222	202
Total do crédito tributário (1)	837	762
Obrigação fiscal diferida		
Amortização de ágio	(211.301)	(211.301)
Variação monetária dep. Judiciais	(9.687)	(5.286)
Base de cálculo do imposto diferido	(220.988)	(216.587)
IRPJ diferido - alíquota de 25%	(55.247)	(54.146)
CSLL diferido - alíquota de 9%	(19.889)	(19.493)
Total da obrigação fiscal diferida Não Circulante	(75.136)	(73.639)

	Saldo final 2022	Constituição	Realização/ Reversão	Saldo final 2023
Ativo fiscal diferido - IRPJ (25%) e CSLL (9%)	762	75	0	837
Passivo fiscal diferido - IRPJ (25%) e CSLL (9%)	(73.639)	(1.497)	0	(75.136)

(1) A empresa possui crédito tributário não constituído sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa. Os referidos créditos estão em avaliação de capacidade de realização em períodos futuros. O estoque de crédito não ativado em 2023 é de R\$ 15.913 (2022 – R\$ 25.145).

c) Projeção de realização dos créditos tributários

	Diferenças temporárias		Total
	Imposto de renda	Contribuição social	
2025	185	67	252
2028	307	111	418
2033	123	44	167
Total	615	222	837

A projeção de realização de crédito tributário é uma estimativa e não está diretamente relacionada com a expectativa de lucros contábeis.

Em 31 de dezembro 2023, o valor presente dos créditos tributários, calculados considerando taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 715 mil.

d) Tributos a compensar ou a recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar correspondem ao montante de R\$ 32.141 (2022 - R\$ 31.110).

e) Impostos e contribuições a recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 7.016 (2022 - R\$ 6.971), referem-se à Contribuição Social R\$ 41 (2022 - R\$ 0), Cofins R\$ 6.709 (2022 - R\$ 6.705) e PIS R\$ 266 (2022 - R\$ 266).

14. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

- a) No curso habitual das atividades e em condições de mercado são mantidas pela Sociedade com partes relacionadas, tais como contas bancárias e aplicações financeiras com controlador indireto (Banco Bradesco S.A.), controlador direto (Nova Paiol Participações Ltda) e empresas coligadas que o controlador indireto detém participação acionária.

A Sociedade na realização de seus negócios e na contratação de serviços, realiza cotações e pesquisas de mercado tendo por critério a busca pelas melhores condições técnicas e de preços. Essas operações são realizadas em condições e taxas compatíveis com as médias praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações.

A tabela a seguir incluem os saldos patrimoniais em 31 de dezembro de 2023 e 31 de dezembro de 2022, discriminados por modalidade de contrato, controlador e empresas coligadas do controlador, bem como as movimentações relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022:

Em 31 de dezembro

	Ativo / (Passivo)		Receita / (Despesas)	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e Equivalentes de Caixa	157.441	153.618	-	-
Banco Bradesco S.A.	157.441	153.618	-	-
Receitas Financeiras	-	-	5.855	12.073
Banco Bradesco S.A.	-	-	5.855	12.073

b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Sociedade é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Sociedade.

15. OUTRAS INFORMAÇÕES

- a) A Sociedade não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e de 2022.
- b) Não houve eventos subsequentes que requeiram ajustes ou divulgações, para as demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2023.

A DIRETORIA

Andrévison Viana de Souza - Contador – CRC 1SP278582/O-4



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Rua Arquiteto Olavo Redig de Campos, 105, 12º andar - Torre A
04711-904 - São Paulo/SP - Brasil
Caixa Postal 79518 - CEP 04707-970 - São Paulo/SP - Brasil
Telefone +55 (11) 3940-1500
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Cotistas e Administradores da
BBC Processadora S.A.
Osasco - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da BBC Processadora S.A (“Sociedade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2023 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da BBC Processadora S.A em 31 de dezembro de 2023, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.



Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

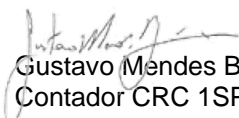


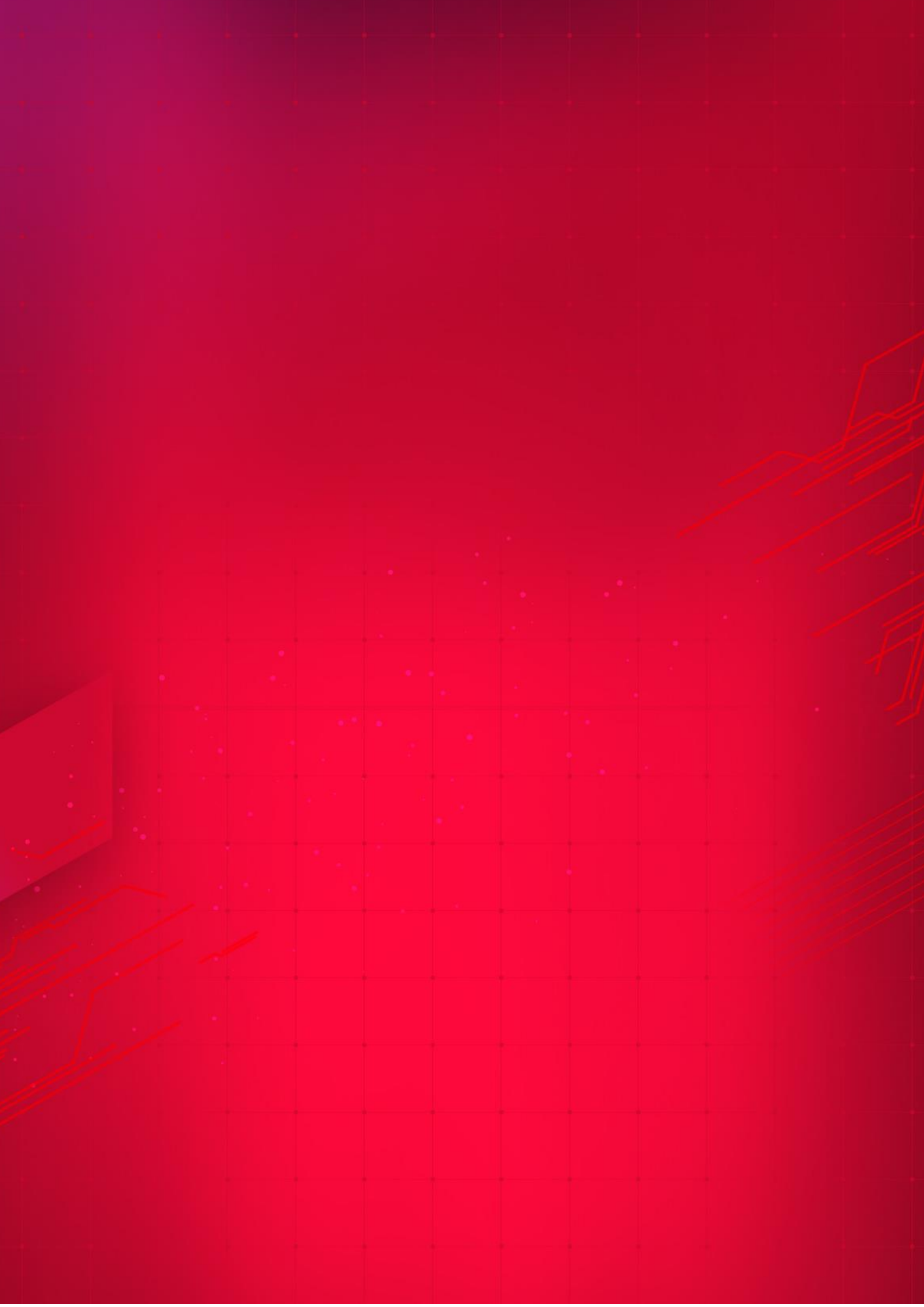
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 21 de março de 2024.

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP-027685/O-0 F SP


Gustavo Mendes Bonini
Contador CRC 1SP-296875/O-4





bradesco